



CLUBE ATLÉTICO SÃO PAULO
"São Paulo Athletic Club"
335ª REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO
04 DE AGOSTO DE 2021

LISTA DE PRESENÇA

CONSELHO DELIBERATIVO	ASSINATURA
Ana Gavioli Mori	FALTO N. JUST
Andre Portela Fernandes de Souza	ONLINE
Carlos Alberto Soares	
Carlos Alberto Stapelfeldt	ONLINE
Christopher Ian Podgorski	ONLINE
Cicero de Toledo Piza Filho	JUSTIÇAS HOJE
Daniel Tostes Graziano	
Elcio Garcia Alvares	
Eduardo Pontes Bohn	
Eric Charles Nice Jr - <i>Presidente</i>	
Ernesto Cordeiro Marujo	ONLINE
Fabio Conti Medugno	ONLINE
João Francisco Farhat Kehdi	FALTO N. JUST → X.: João Kehdi
John Thomas McDonnell	FALTO JUSTIÇAS HOJE
José Ailton M. do Nascimento	JOP
Lucia Veiga de Barros - <i>Vice-Presidente</i>	
Luiz Cesar Pimentel	Luiz Kmstra
Rafael Machado Jabor	JUSTIÇAS AGORA
Richard Kumpis	ONLINE
Roberto Lojelo	ONLINE
Sergio Zunder da Rocha - <i>Secretário</i>	
Tatiane Carla Mohr Saes	
Thomas Antoine de Mol Van Otterloo	ONLINE
Thomas Edgar Bradfield	ONLINE
Wilson D'Andrade Hoffmann	ONLINE
DIRETORIA EXECUTIVA	ASSINATURA
Hudson Alves Ferreira - <i>Presidente</i>	
Ricardo Zunder da Rocha - <i>1º Vice-Presidente</i>	
Antonio Reis Silva Filho - <i>2º Vice-Presidente</i>	—
- <i>1º Tesoureiro</i>	—
Luiz Roberto Ferrara - <i>2º Tesoureiro</i>	—
Vitor Naves Fellet - <i>1º Secretário</i>	Vitor Fellet
Gabriel Baines - <i>Diretor de Santo Amaro</i>	Jap Ba
Emmanuel de Oliveira Jr. - <i>Diretor Adjunto de Esportes</i>	—
Felipe Rodrigues - <i>Diretor Adjunto de Infraestrutura</i>	—
CONSELHO FISCAL	ASSINATURA
Fernando de Pinho Barreira	—
Sergio Volk	ONLINE
Thais Helena de Alcântara Peres	ONLINE



ATA DE REUNIÃO 335º ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO
CLUBE ATLÉTICO SÃO PAULO
REALIZADA EM 04 DE AGOSTO DE 2021

Conselheiros	Participação		
	Presencial	Online	Justificativa Não Participação
Ana Gaviolli Mori			Solicitou desligamento
André Portela Fernandes de Souza		X	
Carlos Alberto Soares	X		
Carlos Alberto Stapelfeldt		X	
Christopher Ian Podgorski			Justificado
Cícero de Toledo Piza Filho			ausente
Daniel Tostes Graziano	X		
Élcio Garcia Alvares	X		
Eduardo Pontes Bohn	X		
Eric Charles Nice Junior- <i>Presidente</i>	X		
Ernesto Cordeiro Marujo		X	
Fábio Conti Medugno		X	
João Francisco FarhatKehdi	X		
John Thomas McDonnell			Justificado
José Ailton M. do Nascimento	X		
Lucia Veiga de Barros- <i>Vice-Presidente</i>	X		
Luiz Cesar P. F. Pimentel	X		
Rafael Machado Jabor			Justificado
Richard Kumpis		X	
Roberto Lojelo		X	
Sergio Zunder da Rocha- <i>Secretário</i>	X		
Tatiane Carla MohrSaes	X		
Thomas Antoine de Mol Van Otterloo		X	
Thomas Edgard Bradfield		X	
Wilson D'Andrade Hoffmann		X	
Diretoria Executiva			
Hudson Alves Ferreira - <i>Presidente</i>	X		
Ricardo Zunder da Rocha- <i>1º Vice-Presidente</i>	X		
Antonio Reis Silva Filho- <i>2º Vice-Presidente</i>			
Luiz Roberto Ferrara- <i>1º Tesoureiro</i>			
Vitor Naves Fellet- <i>1º Secretário</i>			
Gabriel Baines- <i>Diretor Santo Amaro</i>			
Conselho Fiscal			
Sergio Volk		X	
Thais Alcântara Peres		X	
Fernando de Pinho Barreira			ausente

RESUMO DA ATA

A reunião realizada em **04 de agosto de 2021** contou com a participação presencial e remota de componentes do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e representantes da Diretoria Executiva a fim de tratar os seguintes assuntos: **Comunicações da Presidência do Conselho Deliberativo**, onde se realizou homenagem à Vice-presidente Lucia Veiga de Barros que deixou o Conselho e o nome de Luiz Cesar P. F. Pimentel foi aprovado para substituí-la no apadrinhamento das comissões; **Aprovação da Ata Nº 334º**, que foi postergada para a próxima reunião em função de alguns conselheiros não terem recebido o material; **Apresentação da DE – Resultados Financeiros – Maio e Junho de 2021**, onde destacou resultados negativos nos meses de maio e junho em função do pagamento de rescisões trabalhistas, mas destacou que a prévia para o mês de julho é positiva e o Fluxo de Caixa se manteve estável, assim como o quadro de associados; **Ratificação do 1º Tesoureiro da DE – Sr. Luiz Roberto Ferrara**, que foi aprovado por unanimidade; **Conhecimento acerca de procedimentos realizados no que se refere à inclusão de netos como dependentes. Orientação e sugestão sobre medidas a serem adotadas nos casos havidos**, onde foi definido que a Diretoria Executiva passará a cobrar uma taxa de convidados até que seja decidida a situação, que passará por deliberação das propostas na próxima reunião do Conselho Deliberativo, uma vez que a essa possibilidade não é compatível com o estatuto vigente; **Deliberar sobre o retorno de associados isentos de pagamento de título social sem prévia autorização do CD**, em que a Diretoria Executiva faz uma proposta de criar uma regra específica para retorno de associados ao clube e não havendo consenso imediato em relação aos valores, é solicitado que a DE envie a proposta por escrito para ser analisada e votada remotamente pelos conselheiros; **Conhecimento sobre o parecer jurídico referente à não aprovação das contas pelo CF e CD referentes a 2020. Deliberar sobre as propostas e/ou sugestões do parecer**, que aprovou por votação da maioria a contratação de auditoria externa para detalhamento de algumas ocorrências e adiou a eleição de novos conselheiros até a finalização do processo; **AOB**, onde foram tratados três assuntos: a proposta de se proibir a entrada de conselheiros com atraso nas reuniões, que foi retirada pelo presidente; o alerta de que a Mesa do Conselho passará a controlar com rigor a frequência em reuniões destituindo aqueles que tiverem 3 faltas injustificadas; e o esclarecimento de uma situação de uma denúncia registrada na Comissão Disciplinar.

PAUTA DA REUNIÃO

1. Aprovação da Ata Nº 334º;
2. Apresentação da DE – Resultados Financeiros – Maio e Junho de 2021;
3. Ratificação do 1º Tesoureiro da DE – Sr. Luiz Roberto Ferrara;
4. Conhecimento acerca de procedimentos realizados no que se refere à inclusão de netos como dependentes. Orientação e sugestão sobre medidas a serem adotadas nos casos havidos;
5. Deliberar sobre o retorno de associados isentos de pagamento de título social sem prévia autorização do CD;
6. Conhecimento sobre o parecer jurídico referente à não aprovação das contas pelo CF e CD referentes a 2020. Deliberar sobre as propostas e/ou sugestões do parecer;
7. AOB.

ATA DA REUNIÃO

Sede Higienópolis: Rua Visconde de Ouro Preto, 119 - Consolação - SP - Cep: 01303-050 - Fone: (11) 3217-5944
Sede Santo Amaro: Av. Atlântica, 1.448 - Soconó - SP - Cep: 04768-100 - Fone: (11) 5686-2220

Eric Charles Nice Junior, Presidente do Conselho Deliberativo, dá início à **335ª reunião ordinária às 19:32h**, em segunda chamada, do dia **04 de agosto de 2021** dando boas-vindas a todos e apresentando os componentes da Mesa do Conselho Deliberativo, a Vice-presidente Lucia Veiga de Barros e o Secretário Sergio Zunder da Rocha, destacando que a mesma ocorre de maneira presencial e remota, transmitida e gravada através da plataforma Zoom. Agradece a presença dos membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, dando boas-vindas a todos os participantes. Antes de dar andamento à pauta, o presidente realiza um balanço de seus 6 meses de gestão à frente do Conselho Deliberativo, informa que se mudou para outro município e isso tem impedido sua presença no clube com maior frequência. Reforça seus objetivos de agir de forma conciliatória e participativa, citando a realização de 7 reuniões para debates, a criação das comissões e a proposta de elaboração de um plano diretor. A seguir comunica que a Vice-presidente Lucia Veiga de Barros deixará o cargo de conselheira e na Mesa do Conselho, tornando-se associada remida. Agradece por sua colaboração e destaca o fato de ter sido a primeira mulher a fazer parte do Conselho na história do clube. Realiza homenagem por seus serviços prestados à comunidade.

Lucia Veiga de Barros agradece a homenagem e lembra seus 36 anos como associada e 6 anos como a primeira conselheira, sentindo-se honrada por ter aberto caminho para a participação feminina nos órgãos diretivos do clube. Lamenta seu afastamento das atividades, mas garante a convivência com todos nas áreas comuns do clube.

Eric Charles Nice Junior sugere o nome de Luiz Cesar P. F. Pimentel para substituir a conselheira no apadrinhamento das comissões o que é aprovado pelo Conselho Deliberativo. Respondendo a um questionamento fora do microfone, explica que o padrinho é um representante da Mesa do Conselho junto às comissões, que participa de reuniões e garante a aproximação do Conselho com os associados. Informa que até o momento tem 10 associados inscritos para fazer parte das comissões criadas, sendo que o prazo de inscrição se encerra em 20 de agosto, solicitando ajuda de todos na sua divulgação e incentivo. Passa a palavra ao Secretário Sergio Zunder da Rocha que dá andamento à pauta proposta.

1. Aprovação da Ata Nº 334º.

Sergio Zunder da Rocha solicita a aprovação da Ata da reunião anterior.

Daniel Tostes Graziano informa não ter recebido a ata e reclama que solicitou a ata e a gravação da reunião anterior, mas não recebeu retorno.

Sergio Zunder da Rocha pergunta se existem outros conselheiros que não receberam a ata e Ernesto Cordeiro Marujo, Fábio Conti Medugno e André Portela Fernandes de Souza informam também não terem recebido.

Thomas Edgard Bradfield sugere que a aprovação da Ata nº 334 seja transferida para a próxima reunião do Conselho, para que possam regularizar a situação.

Sergio Zunder da Rocha posterga a aprovação da ata para a próxima reunião e informa à Daniel Tostes Graziano que a gravação da reunião deve ser solicitada diretamente à secretaria do clube e pode ser feita por qualquer associado que tenha interesse na mesma.

2. Apresentação da DE – Resultados Financeiros – Maio e Junho de 2021.

O Presidente da Diretoria Executiva, Hudson Alves Ferreira, cumprimenta a todos e comenta que foi encaminhado à Mesa do Conselho uma prévia do relatório de resultados dos meses de maio e junho de 2021. Informa que resumirá os pontos relevantes, abrindo para questionamentos no final da apresentação. Lembra que nos meses de maio e junho realizaram uma série de ajustes no quadro de

pessoal gerando resultado negativo de R\$ 223 mil e no mês de junho R\$ 100 mil. Registra que o Fluxo de Caixa continua estável na faixa de R\$ 2,3 milhões e sua expectativa é que siga neste patamar até o final do ano. Destaca que os maiores custos mensais se referem às contas de Folha de Pagamento e Operação, lembrando que são áreas muito sensíveis a qualquer ação e que os próximos ajustes serão mais graduais. Destaca que continuam buscando a diminuição de despesas, lembrando que nesse momento existem poucas possibilidades de acréscimo de receitas. Conta que o quadro de sócios se encontra estável, com poucas saídas nos meses de maio e junho e informa que no mês de julho não houve saídas espontâneas, sendo que a redução ocorreu pela formalização de processos de sócios inativos e inadimplentes. Menciona que ainda estão estudando a implantação de alterações estruturais que terão impacto nas cobranças de taxas e controles de acesso, com impacto no resultado futuro e finaliza abrindo para perguntas.

Eric Charles Nice Junior agradece a breve apresentação e pergunta se houve entrada de novos associados nos últimos meses e quais as principais contas que geraram a diferença de R\$ 300 mil entre os resultados de maio e junho.

Hudson Alves Ferreira informa que tem tido entrada de 5 a 6 associados mensalmente, de abril a julho. Esclarece que em maio tiveram valores muito altos de rescisões trabalhistas e que os impactos dos ajustes de Folha ainda serão sentidos por mais 2 ou 3 meses. Destaca que busca uma estabilização do custo de pessoal e informa que tudo indica que os resultados de julho serão positivos. Questionado pelo Presidente do Conselho Deliberativo, confirma que o objetivo é que futuros ajustes sejam graduais de maneira a manter as contas positivas até o final do ano.

São feitos questionamentos fora do microfone por Carlos Alberto Soares e Hudson Alves Ferreira explica as ações de ajuste de pessoal e posiciona que não houve impacto no atendimento dos associados até o momento. Ressalta que a grande dificuldade é o ajuste fino de dimensionamento de pessoal à demanda para o funcionamento adequado do clube e informa que tiveram 5 a 6 desligamentos com valores altos no mês de maio e 3 ou 4 no mês de junho.

Carlos Alberto Soares pergunta se existe alguma pesquisa na entrada e saída de sócios para entenderem o que os motivou e quem os recebe interessados nas visitas ao clube.

Hudson Alves Ferreira informa que há um questionário aplicado, mas não considera confiáveis as informações e que a apresentação do clube é feita por duas funcionárias do administrativo. Acrescenta que normalmente as pessoas que procuram o clube já vem com a predisposição de se associar, realizando a visita e adesão no mesmo dia. Em relação aos que saem, em grande parte apontam a crise financeira ou não respondem ao questionário.

Luiz Cesar P. F. Pimentel pergunta quantos títulos têm em tesouraria no momento e Hudson Alves Ferreira responde serem 162 títulos disponíveis.

Élcio Garcia Alvares se queixa que após a troca da Diretoria Executiva não foi compartilhada a projeção de resultados para os próximos meses e nem o plano orçamentário com investimentos planejados, para que o Conselho possa acompanhar sua evolução e manter informados os associados que os abordam.

Hudson Alves Ferreira lembra que a peça orçamentária é a grande diretriz de uma gestão, pela estimativa de receitas, custos e investimentos e destaca a dificuldade em se fazer o trabalho com a consistência necessária. Ressalta que não tem intenção de criticar antigas gestões, mas o material recebido ao assumir a direção do clube não tinha a qualidade necessária para servir de direcionamento e desta forma, a nova diretoria optou por gerenciar com foco nos custos, realizando apenas investimentos estritamente necessários. Conta que se esforçam em preparar a equipe para a elaboração de uma futura proposta orçamentária consistente para ser apresentada no final do ano.

Assume o compromisso de submeter à avaliação do Conselho antes de tomar quaisquer ações e se houver necessidade de investimentos.

Eric Charles Nice Junior questiona a possibilidade de o Conselho receber uma proposta orçamentária para o ano de 2022 no final do mês de outubro.

Hudson Alves Ferreira concorda que seria o prazo ideal para haver tempo de análise, debate e ajustes necessários, e se compromete a realizar o esforço necessário para cumprir esse prazo. Ressalta que o foco inicial será em custos, uma vez que somente após o equilíbrio de contas considera viável se falar em investimentos.

Eric Charles Nice Junior reforça que o plano de investimentos deverá considerar o plano diretor que será elaborado e o mesmo não estará pronto em um mês, sendo que a diretoria precisará fazer um material básico e fazer ajustes posteriormente, no que recebe a concordância do Presidente Executivo.

Élcio Garcia Alvares solicita que a Diretoria não aprove investimentos que não tenham passado pelo Conselho Deliberativo e ao questionar alguns investimentos, recebe o esclarecimento de que se trata de propostas do ano anterior. Destaca a importância de que estejam informados dos passos planejados para que possam posicionar aos sócios, que tem suas demandas e expectativas em relação às melhorias das instalações do clube.

Hudson Alves Ferreira informa que neste momento estão realizando apenas obras estritamente necessárias, como a de correção das instalações de gás.

Eduardo Pontes Bohn pede que quando for dado andamento nos investimentos, se priorize a melhoria do estacionamento, do qual tem recebido muitas reclamações.

Lucia Veiga de Barros lembra que com a existência das comissões haverá uma maior aproximação dos associados e sua representatividade aumentará, para que possam nortear as decisões em relação à futuras obras.

Eric Charles Nice complementa que a partir do mês de agosto as comissões poderão começar a se reunir e assim que tiverem algum material relevante poderão apresentar para o Conselho.

Carlos Alberto Soares considera a necessidade de se estabelecer prazos para a atuação das comissões e entende que não possam ser o único recurso de estudos para estabelecer as ações necessárias, sob o risco de o clube ficar estagnado. Lembra que a ideia de comissões foi apresentada em fevereiro e até o momento não foram constituídas, questionando o calendário e não a forma de atuação das mesmas.

Eric Charles Nice Junior informa ser um modelo já praticado em outros clubes e responde que o processo não esteve parado, mas que o volume de temas pendentes de gestões passadas que estão sendo tratados impediu a priorização de implantação das comissões. Solicita a Luiz Cesar P. F. Pimentel que oriente as comissões a estabelecer suas metas para o período de um ano já no início dos trabalhos.

Carlos Alberto Soares questiona se ficarão aguardando o tempo das comissões, que prevê ser de 1 ano, para definir investimentos e não realizarão nenhum investimento nesse período, uma vez que esse será o único canal de sugestão para o Conselho.

Eric Charles Nice Junior responde que não tem como estabelecer prazos de atuação antes das comissões começarem a se reunir e que não vê outra alternativa responsável para se tratar o tema.

Carlos Alberto Soares demonstra sua insatisfação com possibilidade de termos que esperar a discussão das comissões para propor melhorias.

Wilson D'Andrade Hoffmann complementa que as ações tomadas de maneira precipitada em gestões passadas causaram impactos que estão lidando hoje, como a necessidade de manutenção do estacionamento e uma quadra que não tem medidas oficiais. Entende que devam passar para os associados que precisam analisar as ações com calma, ouvindo as comissões e avaliando impactos, sem pressa para não cometerem erros e isso reverterá em seu próprio benefício.

Eric Charles Nice Junior corrobora as colocações, destacando que não querem mais ações mal planejadas no clube.

Sergio Volk lastima a saída de Lucia Veiga de Barros e parabeniza a atuação. Parabeniza também Hudson Alves Ferreira por sua condução da Diretoria Executiva e lembra a importância dos processos de governança corporativa e seus pilares, como o controle do orçamento e investimento. Cumprimenta Ricardo Zunder da Rocha por sua condução à frente do bar e restaurante, que tem acompanhado de perto e comenta ter pedido algumas informações para aprimorar sua gestão. Lembra que um dos motivos do mês de julho ter tido bom resultado foi em função do aumento da frequência de associados no restaurante. Destaca a necessidade de se definir ações para Santo Amaro para minimizar seu prejuízo, que junto ao bar e restaurante, representam 25% da receita arrecadada com associados. Informa que tem visto transparência na aplicação de recursos nos investimentos e finaliza concordando que não há necessidade de pressa para se definir as ações de melhoria de infraestrutura.

Luiz Cesar P. F. Pimentel responde aos questionamentos acerca das comissões destacando que seu objetivo é o de vislumbrar o futuro. Informa que tem inscrições para participantes para a área de obras e jurídica e pede aos presidentes de comissões que busquem colaboradores para seus times. Conta que estão previstas reuniões das comissões antes de cada reunião de Conselho, para que sejam trazidas as informações relevantes, mas que ainda não tem condições de estabelecerem prazos para suas ações nesta etapa do processo.

André Portela Fernandes de Souza pergunta em que estágio se encontra a reforma da cozinha, uma vez que seu orçamento se encontrava aprovado no exercício anterior.

Hudson Alves Ferreira posiciona que estão realizando obras pontuais que se mostrem imprescindíveis, mas ainda não tem uma previsão de realização da obra completa, uma vez que envolve valores muito altos. Complementa que na sua visão o orçamento aprovado foi subdimensionado e que entende ser um tema a ser tratado em uma comissão do Conselho para se estudar as alternativas possíveis.

Fábio Conti Medugno agradece à Lucia Veiga de Barros por sua dedicação no período em que fez parte do Conselho, lembrando que foram eleitos na mesma ocasião. Comenta que concorda com a maioria das colocações feitas por Sergio Volk, exceto quando se refere ao prejuízo de Santo Amaro. Lembra que não é feita uma proporcionalidade da mensalidade dos sócios efetivos, como ele e outros citados, que são sócios da cidade, mas frequentam Santo Amaro. Sugere que se transferissem para Santo Amaro as mensalidades dos que frequentam, integral ou parcialmente, provavelmente o prejuízo de Santo Amaro seria reduzido.

Daniel Tostes Graziano comenta que entende a necessidade de restaurar determinadas instalações antigas como o gás, mas questiona se o valor empenhado já estava em peça orçamentária ou deveria ter sido aprovado pelo Conselho.

Hudson Alves Ferreira informa que algumas intervenções podem ser classificadas como manutenção ou obra e que no caso da troca das instalações do gás, entenderam ser uma obra de manutenção estrutural, uma vez que estavam com vazamentos que as manutenções emergências não conseguiram corrigir.

Carlos Alberto Soares retoma a questão dos prazos das comissões e justifica sua preocupação citando o exemplo da necessidade de reforma da cozinha. Pede que sejam respeitadas as ações realizadas por gestões anteriores lembrando uma série de melhorias implantadas. Concorda que possam ter ocorrido erros no passado, mas considera inadequadas algumas manifestações ocorridas no clube.

3. Ratificação do 1º Tesoureiro da DE – Sr. Luiz Roberto Ferrara;

Eric Charles Nice Junior passa para o item seguinte da pauta, pedindo aos participantes a aprovação do nome de Luiz Roberto Ferrara como 1º Tesoureiro, e não havendo manifestações contrárias, o nome é aprovado

4. Conhecimento acerca de procedimentos realizados no que se refere à inclusão de netos como dependentes. Orientação e sugestão sobre medidas a serem adotadas nos casos havidos;

Eric Charles Nice Junior pede que o Presidente da Comissão Jurídica fale sobre o tema.

Thomas Edgard Bradfield conta que recebeu da Secretaria do Conselho uma listagem de 20 a 30 casos em que foram aceitos como dependentes netos de associados desde o ano de 2011. Coloca sua opinião de que acima de ser legal, em função do direito adquirido, entende ter sido uma ação que buscava beneficiar o clube, independente de que Diretoria aprovou a admissão irregular. Sugere que o Conselho aceite todas as situações já ocorridas e delibere se encerram a possibilidade, uma vez que não está prevista no Estatuto ou fazem uma reforma estatutária, como foi feito no caso dos militantes há 15 anos atrás. Aproveita para posicionar que a última proposta de alteração estatutária está aguardando análise de um especialista em Legislação Federal para dar andamento e que não fará nenhuma alteração neste material. Sugere a possibilidade de retomar a comissão para discutir se podem aceitar netos e quais as regras para isso. Finaliza reforçando sua opinião, como associado e advogado, de que devam ratificar as situações existentes até a data presente sem penalização das diretorias responsáveis, uma vez que se tomou um *modus operandi* nos últimos 10 anos e foram poucos casos.

Eduardo Pontes Bohn considera ilegal essa prática, uma vez que não consta essa categoria no estatuto. Destaca que a proposta de aceitar os casos já ocorridos é inadequada uma vez que privilegiaria algumas pessoas em detrimento de outras.

José Ailton M. do Nascimento concorda com as colocações feitas por Eduardo Pontes Bohn e sugere que se estabeleça um valor de mensalidade a ser cobrado do associado, dando um prazo para regularização dos casos existentes e abrindo a possibilidade para novos interessados na modalidade a ser criada.

Thomas Edgard Bradfield esclarece que sua proposta de discussão inclui a intenção de avaliar como agir para futuros casos e cobrar mensalidade de todos, antigos e novos, não privilegiando ninguém.

Wilson D'Andrade Hoffmann alerta que nesse caso seria necessária uma alteração estatutária, criando-se a categoria de "sócio neto" e um valor de mensalidade, o que poderia ser complicado para crianças abaixo de 2 anos. Apresenta sua visão de que se não consta no estatuto, a situação não pode ocorrer, embora concorde em não punir o que ocorreu no passado.

Thomas Edgard Bradfield volta a citar o caso dos militantes de Santo Amaro, que foi oficializado pelo Conselho por considerarem ser uma receita interessante para o clube e entende que possa ser o mesmo caso. Lembra ainda que estão em meio a uma reforma estatutária que deve ser votada até o final do ano e poderiam aproveitar essa oportunidade.

Wilson D'Andrade Hoffmann lembra que quando foi criado o permissionário, muitos sócios migraram para essa categoria por ser uma opção mais barata e acredita que pode haver a saída de sócios que tem filhos pequenos, que passariam a ser dependentes dos avós.

Thomas Edgard Bradfield contrapõe que esses sócios provavelmente sairiam do clube ao invés de se tornarem permissionários e que devem avaliar o caso com a cautela necessária.

Eric Charles Nice Junior informa que o Presidente da Diretoria Executiva tem uma sugestão e pede seja apresentada.

Hudson Alves Ferreira informa ter estudado o caso e destaca que a Diretoria e o Conselho só podem agir de acordo com o que está no estatuto, não podendo autorizar algo que não conste no mesmo ou que o afronte. Por outro lado, concorda que em função do tempo decorrido pode se aplicar o direito adquirido. Sugere que criem uma promoção ou condição favorável na aquisição de títulos, o que pode ser feito pelo Conselho, de acordo com o estatuto. Apresenta a ideia de oferecerem um prazo para que os sócios que tiverem interesse em colocar netos no clube possam comprar um título para os mesmos, atualmente no valor de R\$ 5.000,00 em uma condição de parcelamento favorável a ser definida pelos conselheiros, passando a pagar a mensalidade proporcional à sua faixa etária. Alerta que não podem autorizar a revenda do título por um período de 3 anos e que entende que seria uma forma de equalizar a situação. Destaca que atualmente essa frequência acarreta em custos e ocupação de áreas do clube.

Eric Charles Nice Junior questiona se ainda haveria problema com o cumprimento do estatuto.

Hudson Alves Ferreira refuta essa possibilidade uma vez os netos teriam títulos e cita exemplos de outros clubes onde as crianças são portadoras de títulos.

Thomas Edgard Bradfield complementa que tem duas situações delicadas em relação ao estatuto a serem discutidas na reunião e lembra o risco de revogarem uma decisão tomada há 10 anos. Concorda que a ação não foi correta, porém lembra que devem avaliar o que fazer com cautela, para que não sofram com uma série de ações judiciais.

Carlos Alberto Stapefeldt concorda em analisar a solução para os netos biológicos, mas lembra que existem casos que não podem ser admitidos, como a situação em que admitiram o namorado da neta.

Sergio Zunder da Rocha informa que esse caso específico está sendo tratado na Comissão Disciplinar.

Fábio Conti Medugno conta sua história como associado, destaca seu forte laço com o clube em função de frequentá-lo desde bebê e em função disso é simpático à ideia de que permitam a presença de netos no clube. Entende que não conseguirão fechar as questões práticas nesse debate, propondo que pensem melhor a questão e tragam ideias para serem votadas na próxima reunião. Destaca que devem avaliar cada caso com cautela, pois existem situações que considera inaceitáveis, como netos maiores de idade ou pais que entram como acompanhantes de crianças.

André Portela Fernandes de Souza concorda que a situação é ilegal e não poderia ter ocorrido, mas uma vez que ocorreu, devem ser regularizadas. Comenta que as únicas formas de se regularizar a situação são a saída de todos ou que se tornem sócios. Acredita que devam considerar a proposta apresentada pelo Presidente da DE e sugere que elaborem outras propostas para colocarem em votação em reunião futura.

Wilson D'Andrade Hoffmann acrescenta que enquanto decidem, podem cobrar uma taxa de convidado para autorizar a frequência dos netos, mesmo que simbólica.

Hudson Alves Ferreira sugere que seja criada uma taxa de uso de R\$ 150,00 a ser cobrada a partir do próximo mês, enquanto avaliam melhor a situação. Acredita que dessa forma possam permitir que os netos frequentem o clube na condição de usuário até que cheguem a uma definição.

André Portela Fernandes de Souza questiona se seria viável de acordo com o estatuto.

Hudson Alves Ferreira responde que a situação não é contemplada, uma vez que ele não será sócio.

Thomas Edgard Bradfield concorda que seja uma boa solução técnica até que se delibere sobre a solução definitiva.

Wilson D'Andrade Hoffmann acrescenta que a maioria dos sócios que tem netos nesta situação são sócios remidos sendo pouco provável que saiam do clube.

Thomas Edgard Bradfield lembra que um dependente de 10 anos de idade já paga por volta do valor proposto.

Carlos Alberto Stapelfeldt complementa que podem aplicar a mesma regra de valores cobrados de dependentes para os netos até tomarem a decisão.

Sergio Zunder da Rocha chama a atenção para o fato de que os netos a partir de 10 anos já pagam, conforme informação constante na listagem enviada aos conselheiros e a sugestão seria para as crianças abaixo de 10 anos.

Thomas Edgard Bradfield sugere que coloquem essa taxa adicional também para os que são acima de 10 anos acrescido ao valor pago atualmente.

Sergio Zunder da Rocha destaca que a cobrança de taxa para convidados é uma deliberação de Diretoria Executiva e não do Conselho Deliberativo. Esclarece que a sugestão de taxa proposta pela Diretoria é para crianças de zero a 10 anos, que não paga nenhum valor até o momento. Informa que os pais como acompanhantes já foram vetados e que babás não tem direito ao uso de estacionamento, por não serem sócias.

João Francisco FarhatKehdi se mostra insatisfeito com o tempo gasto na reunião para resolver problemas e apagar incêndios, ao invés de planejarem o futuro. Se queixa de que gastam tempo demais analisando ações que não estão de acordo com o estatuto e que devem ter mais cuidado com as futuras ações.

Tatiane Carla Mohr Saes coloca sua posição de que devem seguir o estatuto e não devem abrir exceções. Exemplifica com sua situação pessoal, em que precisou tirar um dependente por questões financeiras, assim como outros conhecidos, e não considera justo seu filho não poder frequentar o clube enquanto netos podem. Ressalta que quem quer frequentar o clube, tem que ser sócio e se for convidado, deve pagar.

Daniel Tostes Graziano concorda com a colocação de que o estatuto deva ser cumprido e que a complexidade da situação exigirá mais tempo para definirem como lidar com as situações que ocorreram no passado, uma vez que a atual diretoria não permite novas entradas. Se queixa pela demora a ser trazida ao plenário a questão que está sendo debatida e comenta que não tem obtido retorno de e-mails enviados para a Mesa do Conselho. Conta que soube que seu nome foi citado indevidamente junto à Comissão de Ética, tendo inclusive se desentendido com o Secretário em função disso. Se diz decepcionado com as posturas adotadas e cita o estatuto, onde se define que os cargos de presidente e secretário da Mesa do Conselho não tem nenhum poder diretivo e que se fizeram algum processo administrativo em seu nome isso denota uma ilegalidade. Comenta que se sente

perseguido e desrespeitado, destacando que seu nome foi registrado como denunciante em um processo.

Sergio Zunder da Rocha diz que embora já tenham conversado a respeito, tentará esclarecer novamente a situação. Conta que receberam duas reclamações dele, uma de uma pessoa que teria colocado a neta como dependente e outra de casais que não seriam legalmente casados e questiona se não está lembrado de nenhuma dessas situações.

Daniel Tostes Graziano diz que só conversou sobre isso com Hudson Alves Ferreira e que não fez nenhuma reclamação.

Eric Charles Nice Junior interrompe a discussão, uma vez que não se trata do item em pauta, e sugere que o mesmo volte ao tema no momento adequado. Pede que as questões pessoais sejam deixadas de lado e se dirige ao presidente da Diretoria Executiva informando que todos os Conselheiros se posicionaram favoráveis a que se siga o estatuto, restando a opção de cobrar a taxa de convidado para a frequência de netos ao clube, sugerindo a criação de uma quinta categoria de convidados no Regimento da Diretoria. Pede que se alguém discorda dessa posição se manifeste.

André Portela Fernandes de Souza esclarece que entende que esse procedimento é transitório, enquanto estudam a melhor forma de regularizar definitivamente as situações existentes, com sua saída ou com a definição de condições para que os mesmos se tornem sócios do clube.

Thomas Edgard Bradfield acrescenta existe a terceira opção de alterar as regras para dependentes através da reforma estatutária que ocorrerá até o final do ano.

Não havendo mais comentários, Eric Charles Nice Junior passa para o próximo item da pauta.

5. Deliberar sobre o retorno de associados isentos de pagamento de título social sem prévia autorização do CD;

Thomas Edgard Bradfield informa que se refere a um caso recente onde teria sido admitido o retorno de associado sem pagamento do título. Diz não ter certeza se havia a necessidade do pagamento de joia, uma vez que o mesmo tinha deixado o clube há menos de 1 ano. Comenta haver uma ação judicial em andamento e que o clube cobra o associado o valor do título e o mesmo informa ter sido liberado do pagamento por um ex-diretor. Destaca não terem como afirmar o que realmente ocorreu, mas devem lembrar que a diretoria não pode admitir o retorno de associados fora das regras estabelecidas no estatuto. Entende que o tema deva ser discutido junto com o próximo item da pauta, sobre o parecer jurídico, uma vez que envolve esclarecimento de ações praticadas pela gestão anterior.

Sergio Zunder da Rocha lembra que a possibilidade de retorno pagando apenas o título, ficando isento de joia, foi uma promoção que teve duração de 1 ano e que neste momento a regra vigente é de que qualquer sócio que queira retornar deve pagar o título e a joia.

Hudson Alves Ferreira ressalta que o ponto mais importante dessa questão é se o Conselho Deliberativo tem interesse em discutir quais seriam as regras para um antigo associado retornar ao clube, uma vez que recebem muitos questionamentos nesse sentido na Diretoria Executiva. Propões que o ex-sócio que queira retornar ao clube pague integralmente o valor do título e seja liberado da joia, pagando uma taxa proporcional ao seu período de afastamento. Essa taxa seria equivalente à mensalidade de sócio do interior e o período limitado a 24 meses, destacando que a proposta só é válida para associados que deixaram o clube com sua situação financeira regular. Informa que atualmente ex-sócios pagam apenas o título, independente do tempo que permaneceram afastados e considera isso um equívoco que desvaloriza o título. Fala da importância de se estabelecer uma regulamentação clara e lembra que podem realizar promoções pontuais em situações especiais, desde que aprovado pelo Conselho.

Thomas Edgard Bradfield concorda com a sugestão ressaltando que seria apenas para sócios que saíram com pagamentos regularizados com o clube e não seria válida para os casos de títulos retomados por falta de pagamento.

Sergio Voik considera a ideia interessante e lembra o que poderia ter ocorrido ao longo da pandemia se as pessoas tivessem saído para voltar após a pandemia, pagando apenas o valor do título.

Ernesto Cordeiro Marujo lembra que ao sair do clube o sócio pode vender seu título, portanto pagá-lo para voltar seria óbvio e que precisam ter uma penalidade maior do que apenas o valor do sócio do interior se não quiserem incentivar o desligamento temporário.

Thomas Edgard Bradfield lembra que o valor é de R\$ 537,00 por mês, e em 10 meses o valor fica mais alto que a recompra do título.

Ernesto Cordeiro Marujo reforça que a taxa de joia tem como objetivo evitar as saídas e retornos e lembra que poderia ter representado uma grande queda de receita se isso estivesse liberado durante a pandemia, mas concorda que o valor proposto pode ser adequado.

Wilson D'Andrade Hoffmann lembra que no passado existiam sócios que frequentavam o clube no verão e saíam no inverno, em função do valor baixo do título e questiona o valor atual da joia. Destaca a importância de valorizarem o clube.

Thomas Edgard Bradfield responde que o valor atual da joia é de R\$ 18.000,00. Lembra que atualmente um associado não vende seu título por mais de R\$ 1.000,00 e para voltar, teria que recomprar pelo valor integral de R\$ 5.000,00. Entende que pode ser interessante para o clube trazer bons associados de volta para contribuir com os pagamentos mensais.

Eric Charles Nice Junior entende que os conselheiros aprovam a proposta, mas há dúvida em relação ao valor. Sugere que a DE apresente uma proposta com os valores e sua operacionalização para que seja votado na próxima reunião.

Hudson Aíves Ferreira esclarece que o valor já está sugerido. O associado para voltar paga o valor do título no valor de R\$ 5.000,00, mais R\$ 537,00 por mês que permaneceu afastado.

Eric Charles Nice Junior questiona se todos se acham preparados para a votação e não havendo consenso, volta a sugerir que a proposta seja apresentada por escrito e votada na próxima reunião.

Fábio Conti Medugno chama a atenção para a importância de se votar a proposta o mais rápido possível e sugere que a votação ocorra por e-mail, o que é endossado por Thomas Edgard Bradfield.

Eric Charles Nice Junior acata a sugestão e pede ao presidente da DE que envie o material o mais rápido possível, para que o Conselho possa dar andamento e submeter à aprovação, seguindo para o próximo item da pauta.

6. Conhecimento sobre o parecer jurídico referente à não aprovação das contas pelo CF e CD referentes a 2020. Deliberar sobre as propostas e/ou sugestões do parecer;

Thomas Edgard Bradfield destaca quão delicado é o tema por envolver a ex-diretoria e comenta nunca ter visto algo assim ocorrer em nenhum clube de São Paulo. Conta que ao ser procurado pela Mesa Diretora do Conselho pesquisou no mercado opções para emissão do parecer e selecionou um escritório especialista em clubes. Ressalta que tomou todo o cuidado para se manter imparcial e apolítico na consulta, questionando situações que em tese possam ter ocorrido, por tratar de eventuais irregularidades na gestão anterior que não tiveram suas contas aprovadas pelo Conselho Fiscal e pelo

Conselho Deliberativo e como deveriam proceder diante do cenário apresentado. Se mostra confiante de que o relatório que receberam foi feito de maneira imparcial e ficou satisfeito com a qualidade do serviço prestado. Destaca que o relatório menciona que na eventual responsabilização dos antigos gestores, os atuais gestores podem ser responsabilizados por sua omissão e sugere a contratação de uma auditoria focada em apurar eventuais irregularidades com base nos levantamentos feitos pelo Conselho Fiscal e um processo de sindicância interna para apuração de eventuais responsabilidades. Lembra que se identificadas irregularidades sérias, o clube deverá tomar providências sob o risco de responsabilização dos atuais gestores e as pessoas responsabilizadas ficam impossibilitadas de participar de quaisquer clubes por 10 anos. Em função disso, os investigados não podem ser votados ou eleitos para ocupar quaisquer cargos durante a apuração dos fatos. Expressa sua opinião como advogado e ex-presidente da Diretoria e do Conselho, de que não realizem eleições de conselheiros na próxima assembleia até que a auditoria esteja finalizada, para não correrem o risco de ser irresponsáveis ou levianos com pessoas da antiga gestão. Destaca que a assembleia deve ocorrer para apresentação das contas.

Eric Charles Nice Junior comenta que tem sido muito abordado por conselheiros e associados a respeito do tema. Destaca que tem horas de gravação das reuniões com uma série de problemas sérios que atingiram a gestão do clube e a questão é o que farão com essas informações. Lembra que não tem direito a voto como presidente do Conselho, mas se diz intranquilo com sua própria consciência ao não tomarem qualquer ação com o que sabem que ocorreu. Destaca que buscaram o parecer imparcial em função de nunca terem visto situação semelhante e não se julgarem aptos para trazer o debate sem uma posição com maior embasamento técnico em busca de uma solução definitiva. Entende que devam dar uma resposta equilibrada e justa para os associados e pede que os conselheiros se posicionem.

Ernesto Cordeiro Marujo se mostra preocupado com a postura adotada pelo presidente do Conselho, pois acredita que está havendo exagero em relação aos fatos. Lembra que participou da reunião em que o Conselho Fiscal apresentou o seu parecer e que o mesmo foi bastante sucinto, não havendo manifestação por escrito de nenhuma irregularidade séria, apenas os depoimentos verbais dos conselheiros, onde não tiveram informações precisas das supostas irregularidades. Questiona o custo para obtenção do parecer e informa não ter condições de comentá-lo do ponto de vista jurídico, mas que do ponto de vista administrativo achou bastante questionável. Lembra que o Conselho Deliberativo não tem incumbência de julgar as contas, sendo essa uma atribuição da assembleia. Considera as atitudes desproporcionais aos fatos de origem. Questiona até que ano vão retroagir, se instaurarem uma sindicância, uma vez que já ocorreu no passado de um presidente não ter suas contas aprovadas em assembleia.

Sergio Zunder da Rocha interrompe para esclarecer que nunca houve caso de não aprovação de contas em assembleia no clube e lembra que no caso citado houve a aprovação, tendo certeza dos fatos porque lutou para que isso não ocorresse e segue-se breve discussão acerca do tema.

André Portela Fernandes de Souza interrompe a discussão lembrando que existe um ponto a ser considerado nas colocações feitas por Ernesto Cordeiro Marujo, que é o fato do Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo não aprovarem contas e se o resultado ainda não foi levado à assembleia, ainda não existe nada aprovado ou não.

Sergio Zunder da Rocha lê o trecho do art. 35 do estatuto onde informa ser competência do Conselho deliberar acerca do tema e questiona aos demais o seu entendimento sobre a palavra deliberação.

Ernesto Cordeiro Marujo diz não ser a sua interpretação, uma vez que em outra parte do estatuto se menciona que "à assembleia cabe aprovar ou não as contas", sendo outra a palavra utilizada.

Thomas Edgard Bradfield lembra que o Conselho Deliberativo seguiu a recomendação do Conselho Fiscal e o próximo passo é encaminhar para a aprovação da assembleia ou não.

Ernesto Cordeiro Marujo argumenta que apesar do seu discurso de isenção e apartidarismo, Thomas Edgard Bradfield está analisando a questão com viés, uma vez que a origem da matéria é algo que sequer foi registrado por escrito.

Eric Charles Nice Junior passa a palavra ao Conselho Fiscal para sua manifestação, uma vez que foram nominalmente citados ao longo do debate.

Sergio Volk esclarece que o relatório escrito pelo Conselho Fiscal é encaminhado para a Junta Comercial e o cuidado com o que registraram se deu para que não ficassem expostos a possíveis fiscalizações ou sanções, mas destaca que foram colocados todos os pontos importantes de maneira verbal e isso ficou registrado em ata para conhecimento. Ressalta que houve uma série de ações ilegais, o que tornou impossível aconselhar sua aprovação e agora cabe ao Conselho Deliberativo decidir o que fazer com as informações recebidas. Retoma o assunto acerca das contas de Santo Amaro e reitera uma sugestão que já apresentou de se fazer o levantamento de quantas pessoas o frequentam por quantos dias no mês e desta forma podem calcular a receita de Santo Amaro.

Thais Alcântara Peres corrobora com as colocações e discorda da posição de que seria muito barulho por nada, uma vez que houve uma fraude fiscal orientada por um advogado e assumida pela gestão. Sugere que sigam ao menos a orientação inicial do parecer de se pedir uma auditoria para investigar as situações levantadas, com objetivo de proteger o clube.

Thomas Edgard Bradfield destaca que, como conselheiros, são solidários a erros que se omitam, podendo atingir inclusive o seu patrimônio pessoal. Lembra que as atas são gravadas e que fica registrada a posição de cada um. Deixa claro que, como conselheiro e administrador do clube, quer a contratação da auditoria e pede que os demais registrem suas posições, que poderão ser vistas pelos associados e futuramente pelo judiciário, se for o caso. Complementa que estão aprendendo com a situação e que não acredita que houve má intenção de ninguém, mas que cada um deve responder por seus atos.

Um dos participantes que não identifica, lembra uma situação relatada na época sobre um desligamento que todos tomaram conhecimento e que só esse fato já justificaria uma investigação.

João Francisco Farhat Kehdi discorda da colocação feita por Thomas Edgard Bradfield de que estão aprendendo algo, pois entende que o custo é muito alto e não precisavam passar por essa situação.

Daniel Tostes Graziano questiona o fato de o parecer vir em nome de Thomas Edgard Bradfield, que é presidente de uma comissão consultiva e não deliberativa, e a pedido da Mesa do Conselho, que não teria poder para fazer esse tipo de consulta, uma vez que não deveria exercer nenhuma função executiva de acordo com o estatuto. Segundo sua visão, o tema deveria ter sido trazido pela diretoria ou ter sido discutido no Conselho e levado para a diretoria, após votação e que esse fato conota uma irregularidade. Emite opinião de que toda pessoa que participe de uma diretoria e seja constatada má-fé, enriquecimento ilícito ou qualquer outro crime, deve ser responsabilizada e deixa claro que não tem posições pessoais a respeito. Questiona o custo do relatório e como foi pago, uma vez que o Conselho não pode gerar despesas para a DE. Argumenta que muitas questões levantadas pelo Conselho Fiscal são meramente forma de gestão, como os contratos trabalhistas com Pessoa Jurídica, e concorda com Ernesto Cordeiro Marujo de que não foi apontado nada que leve ao nível da discussão eu estão tendo, destacando que todas as questões foram resolvidas e não houve nenhum dos crimes sugeridos no parecer. Alerta que o parecer está equivocado quando afirma que os diretores renunciaram após a reprovação das contas, demonstrando que partiu de pressupostos incorretos. Considera que não devem decidir nenhuma ação nesse momento, pois se tiverem que tomar alguma, isso deve ocorrer após as contas serem votadas em assembleia. Questiona o fato de não terem realizado a assembleia até o momento, sem justificativa, fato que deixa o clube em situação irregular. Aponta para o fato de que o relatório sugere uma auditoria independente e que isso já foi feito, mas não receberam o parecer

final. Finaliza colocando sua opinião de que o parecer é tendencioso e que deveriam trabalhar pelo futuro do clube, ao invés de ficar procurando problemas no passado.

Thomas Edgard Bradfield esclarece que o parecer foi dirigido a ele porque ele fez a consulta em nome da Mesa do Conselho, que tinha consenso com a Diretoria Executiva para a ação. O custo foi de R\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais) e toda a negociação foi registrada, inclusive com outras cotações realizadas. Lembra que o parecer é apenas mais um material para subsidiar a decisão dos conselheiros e que não há nada irregular nisso. Destaca que o parecer ratifica que a assembleia é soberana, mas que dentro do princípio da responsabilidade objetiva compete aos gestores se anteciparem quando tomam conhecimento de um fato irregular. Reforça não ser nada pessoal, mas que não se sente confortável de não levar a frente e se tornar conivente com uma eventual ação inadequada. Esclarece que não se atentou ao fato de a diretoria ter renunciado antes ou depois da não aprovação das contas e que isso não foi colocado como causa. Finaliza comentando que a auditoria sugerida é pontual em relação às irregularidades que devem procurar esclarecer.

Sergio Volk comenta que apontou incorreções no relatório da auditoria geral e não entra em detalhes, não esclarecendo alguns pontos. Lembra que a auditoria chegou a participar de uma reunião em que foram apontadas algumas irregularidades e aponta uma série de pontos que já justificariam maior apuração. Acrescenta que se não querem o parecer do Conselho Fiscal, basta alterarem o estatuto e suprimir sua existência.

André Portela Fernandes de Souza reforça que o papel do Conselho Fiscal é redigir o parecer e do Conselho Deliberativo apreciar o parecer e indicar sua apreciação para a assembleia. Lembra que devem receber o relatório da auditoria externa e diz que não o recebeu. Solicita que o mesmo se torne público antes de levarem o tema para votação da assembleia, que é quem deve ou não aprovar as contas de acordo com o estatuto. Entende que devem ter acesso ao relatório da auditoria externa antes de definirem a necessidade da contratação de uma nova auditoria.

Sergio Zunder da Rocha esclarece que o parecer da auditoria externa foi entregue ao Conselho Deliberativo na mesma reunião em que foi entregue o relatório do Conselho Fiscal, mas que pode reencaminhar, se for o caso.

André Portela Fernandes de Souza pede que seja reencaminhado em função de alguns conselheiros informarem que não receberam uma cópia para análise.

Fábio Conti Medugno comenta que identifica um grupo que acata a proposta de uma nova auditoria e outro grupo que é contra e que as contas devem ser enviadas para aprovação da Assembleia primeiro. Entende que algumas ocorrências não devem ser colocadas em relatórios externos, que existe o erro no desligamento de um funcionário que já foi discutido, assumido e até resolvido, não entendendo a necessidade de se auditar algo que todos já tem ciência ou outras questões que envolvem valores baixos e não justificariam uma auditoria. Destaca que os associados têm questionado em relação às obras e sugere que seja feita uma auditoria específica para isso, pois tinham um orçamento e tiveram gastos muito superiores ao aprovado pelo Conselho. Comenta que fica realmente muito preocupado com as colocações do presidente do Conselho, pois dá a entender que poderia haver mais problemas ainda não informados.

Eduardo Pontes Bohn registra que não concorda com a afirmação de que o caso citado já foi resolvido e absorvido e que o que ocorreu foi um crime e não está resolvido.

Thomas Edgard Bradfield esclarece que não tem frequentado o clube desde o início da pandemia e considera louvável a intenção de proteger o clube, mas lembra que tudo que está sendo ou foi discutido consta nas atas e gravações das reuniões do Conselho. Volta a mencionar o parecer dos advogados onde está informado que tendo inícios de que houve irregularidades os Conselheiros podem ser solidários na responsabilização do fato. Declara que espera que nada seja encontrado, mas não acha

que possam evitar a auditoria para investigar todos os fatos que já foram apontados. Entende que as situações já ocorreram, não estão resolvidas e devem ser tratadas de maneira responsável. Enfatiza a necessidade de uma pequena auditoria que foque em todos os pontos que precisam ser esclarecidos e lembra que nessa reunião foi levantado um novo fato, onde o clube teve prejuízo quando um diretor autorizou um ex-sócio a retornar sem o pagamento do título. Destaca que esses fatos precisam ser esclarecidos e os responsáveis devem responder por suas decisões. Reforça que devem agir de maneira serena e sem pré-julgamentos até que tenham as informações completas.

Fábio Conti Medugno deixa claro que seu entendimento foi de que houve uma irregularidade no pagamento do desligamento, mas que o mesmo foi ressarcido, e não entende que devem permanecer tratando esse tema uma vez que não tem mais nenhuma pendência com o funcionário.

Eric Charles Nice Junior anuncia que colocará em votação a proposta feita por Thomas Edgard Bradfield de contratarem uma auditoria externa para investigar pontualmente alguns fatos e suspender a próxima eleição de Conselheiros até que tudo esteja esclarecido.

André Portela Fernandes de Souza coloca uma questão de ordem, questionando a possibilidade de votar a proposta de Fábio Conti Medugno.

Eric Charles Nice Junior pede que o autor deixe a proposta clara, para que seja apreciada pelos demais.

Fábio Conti Medugno sugere que seja feita uma auditoria com foco nas obras, uma vez que outras questões, se levantadas, podem acarretar riscos para o clube e que não tem conhecimento de comentários de associados acerca de mais nenhum tema.

Sergio Volk alerta para o fato de que a atual diretoria já tem todos os levantamentos e, portanto, o processo de auditoria será rápido.

João Francisco Farhat Kehdi coloca sua opinião de que não pode haver um meio termo, uma vez que como Conselheiro, teve ciência de uma irregularidade e seu patrimônio pode ser comprometido em função disso. Pede que deixem claro quem é conivente com a situação e destaca que não é o seu caso, uma vez que não seria conivente com nenhuma ação fora da lei.

Daniel Tostes Graziano recorda que quando a nova diretoria assumiu, propôs uma orientação para minimizar riscos para a questão do desligamento e a alternativa foi aceita por todos do Conselho, e que com a regularização dos pagamentos não estariam mais sujeitos a riscos. Lembra que isso foi discutido em reunião e, portanto, está gravado e transcrito em ata. Acredita que gastarão recursos desnecessários levantando novamente as questões que já foram conversadas e que já tiveram ações sugeridas pelo próprio Conselho Fiscal. Destaca que seu objetivo não é o de "passar panos", mas questiona a abrangência da auditoria e o valor a ser gasto. A um comentário fora do microfone responde que o que já foi feito, continuará feito para sempre, não tendo como voltar atrás.

Thais Alcântara Peres esclarece que a questão do desligamento do funcionário não foi resolvida e não podem afirmar que não trará mais consequências. Comenta que fizeram o acerto financeiro devido, mas a ação pode ter tido como consequência o não recolhimento de valores devidos e a exposição moral do ex-funcionário e isso pode a qualquer momento trazer consequências para o clube. Destaca que fizeram apenas o que podia ser feito no momento, uma vez que o correto seria ter readmitido o funcionário e o mantido em folha por pelo menos 2 anos. Finaliza reforçando que é importante que fique claro que a situação não ficou resolvida.

Eric Charles Nice Junior encerra o debate e passa para a votação. Esclarece que votarão pela aprovação ou não da sugestão dada pelo parecer na contratação de uma auditoria sobre os assuntos levantados e o adiamento das eleições de conselheiros. Informa que haverá a assembléia ordinária

onde farão a apresentação das contas, mas não a assembleia extraordinária de eleição até a conclusão do parecer dos auditores. Questiona se o tema da votação está claro para todos.

Daniel Tostes Graziano questiona o adiamento da eleição de conselheiros para vagas em aberto e sugere que isso ocorra agora e que futuramente, se houver a necessidade de rever algo, podem levar à decisão do Conselho.

Eric Charles Nice Junior responde que não há no estatuto nada que os obrigue a realizar a eleição neste momento, deixando claro que está apenas adiando a votação. Lembra que será colocado em votação e quem não concordar, tem o direito de votar contra. Volta a orientar o processo de votação e pede que cada conselheiro ao ser chamado, emita dois votos de maneira independentes, um com relação à contratação da auditoria e outro com relação ao adiamento das eleições.

Sergio Zunder da Rocha faz a chamada e ao final da contagem, apresenta os resultados.

Para a proposta contratação da auditoria externa, votaram **SIM: 16** conselheiros - Carlos Alberto Soares, Carlos Alberto Stapelfeldt, Elcio Garcia Alvares, Eduardo Pontes Bohn, Fábio Conti Medugno, João Francisco Farhat Kehdi, José Ailton M. do Nascimento, Lucia Veiga de Barros, Luiz Cesar P. F. Pimentel, Richard Kumpis, Roberto Lojelo, Sergio Zunder da Rocha, Tatiane Carla Mohr Saes, Thomas Antoine de Mol Van Otterloo, Thomas Edgard Bradfield, Wilson D'Andrade Hoffmann. Votaram **NÃO: 3** conselheiros - André Portela Fernandes de Souza, Daniel Tostes Graziano, Ernesto Cordeiro Marujo.

Pelo adiamento da eleição de conselheiros, votaram **SIM: 13** conselheiros - Carlos Alberto Stapelfeldt, Eduardo Pontes Bohn, João Francisco Farhat Kehdi, José Ailton M. do Nascimento, Lucia Veiga de Barros, Luiz Cesar P. F. Pimentel, Richard Kumpis, Roberto Lojelo, Sergio Zunder da Rocha, Tatiane Carla MohrSaes, Thomas Antoine de Mol Van Otterloo, Thomas Edgard Bradfield, Wilson D'Andrade Hoffmann. Votaram **NÃO: 6** conselheiros - André Portela Fernandes de Souza, Carlos Alberto Soares, Daniel Tostes Graziano, Elcio Garcia Alvares, Ernesto Cordeiro Marujo, Fábio Conti Medugno.

Sergio Zunder da Rocha anuncia a aprovação das duas propostas colocadas em votação.

7. AOB.

Eric Charles Nice Junior comenta que está realizando uma pesquisa para conhecer como atuam outros conselhos e comenta que alguns dão a tolerância de 10 minutos para que os participantes ingressem na reunião, seja de forma digital ou física e pede a opinião dos demais em relação a implantarem essa regra. Lembra que, como presidente, chega às 18:30h para se preparar para a reunião, realiza a primeira chamada às 19:00h e normalmente iniciam a reunião na segunda chamada, às 19:30h. Fala que não gostaria de impor sua opinião e pergunta se os demais concordam com o fechamento das portas após se passarem 10 minutos da segunda chamada.

Wilson D'Andrade Hoffmann informa que trabalha até tarde e nem sempre consegue estar disponível no horário, não sendo favorável à sugestão. Lembra que as reuniões costumavam iniciar às 20 horas.

Eduardo Pontes Bohn rememora que no passado, 15 minutos após o início da reunião, o conselheiro podia entrar na reunião, mas não assinar a lista de presença e votar. Comenta que com a facilidade do "online", existem pessoas entrando nos minutos finais da reunião, ficando com presença e votando como se tivessem participado da reunião toda.

Eric Charles Nice Junior concorda e ressalta que os conselheiros que atrasam não participam das discussões, mas levando em consideração as colocações de Wilson D'Andrade Hoffmann, se propõe a pensar em uma alternativa.

Wilson D'Andrade Hoffmann concorda que quem não estiver na reunião desde o começo não pode votar e comenta que funciona assim em seu condomínio também.

Eric Charles Nice Junior sugere que seja permitida a participação, mas quem chegar após os 10 minutos de tolerância, não fique com presença e não tenha direito a voto.

João Francisco Farhat Kehdi comenta que todos tem suas particularidades, mas com a facilidade da participação virtual podem acompanhar a reunião desde o início, porém se a reunião for presencial não consegue chegar até às 19:10h e precisará se afastar do Conselho.

Eric Charles Nice Junior esclarece que o horário limite seria 19:40h, mas decide deixar a questão para decisão em outra oportunidade, pedindo a todos um esforço para que possam iniciar com todos presentes na segunda chamada, às 19:30h. A seguir alerta para a questão de que alguns conselheiros não têm estado presentes em reuniões sem justificar sua ausência e lê artigo do estatuto que regulamenta que aquele que tiver 3 faltas consecutivas não justificadas perderá seu mandato, cabendo ao Conselho julgar as justificativas apresentadas, que poderá ou não ser acolhida. Alerta para a quantidade de faltas de alguns conselheiros no ano anterior, sem citar nomes, e pede a aprovação dos demais para colocarem em prática as regras estabelecidas. Deixa claro que ao identificarem a terceira falta não justificada, o conselheiro será automaticamente destituído de seu posto.

Élcio Garcia Alvares sugere que as reuniões sejam mensais logo que a DE divulgar seu relatório.

Ernesto Cordeiro Marujo informa que o controle de presença era rígido no mandato anterior e nenhum conselheiro feriu a regra e que, em alguns casos, houve muitas faltas, mas nunca 3 consecutivas. Registra que nos últimos meses aconteceu de não receber a convocação, dessa forma alerta que devem ter cautela com a possibilidade de ocorrer alguma dificuldade técnica. Lembra ainda que ao passar a direção da mesa, passou o relatório ao Secretário.

Wilson D'Andrade Hoffmann lembra que agora têm o WhatsApp, além do e-mail e Eric Charles Nice Junior informa que passarão a utilizar as duas formas para minimizar problemas de comunicação.

Fábio Conti Medugno registra seu apoio à sugestão apresentada por Élcio Garcia Alvares, para que possam acompanhar os números logo após sua apuração.

Após breve consulta ao presidente da DE, Eric Charles Nice Junior questiona a necessidade de alterarem o planejamento da reunião uma vez que o novo formato de apresentação de relatórios está de fácil compreensão para todos. Considera que os números estão estáveis e sugere que seja mantida a agenda atual de reuniões. Deixa em aberto que se identificarem qualquer crise ou problema no fluxo de caixa, podem convocar reunião extraordinária para tratar o tema, no que recebe a concordância dos demais.

Daniel Tostes Graziano retoma o assunto de eleição dos conselheiros e faz a leitura do art. 33, onde entende que deva ocorrer a eleição na assembleia subsequente e os demais discordam. Retoma então a situação discutida ao longo da reunião, onde alega que foi aberto um processo em seu nome pela Mesa do Conselho sem sua autorização.

Sergio Zunder da Rocha relembra que recebeu dele a reclamação em relação à neta de uma pessoa que foi colocada como dependente e logo em seguida levantou a questão de casais que não são legalmente casados e deixa claro que ambas se referiam à mesma pessoa. Informa que pedirá que tirem o seu nome da reclamação, mas questiona se ele concorda com a atitude que relatou.

Daniel Tostes Graziano diz que não entrará no mérito e segue-se uma discussão acerca da situação com o Secretário da mesa. Justifica que algumas situações chamaram a atenção quando o clube foi reaberto e estava vetada a presença de convidados. Informa que as pessoas estavam comentando e

passou a informação para o presidente da DE, que identificou uma lista de situações na mesma situação, e entende que como conselheiro, estava cumprindo com seu papel, mas que isso não autoriza ninguém a usar seu nome.

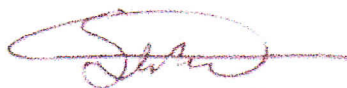
Thomas Edgard Bradfield lembra que todos estão em busca dos interesses do clube e que ao ouvir uma queixa, o Secretário tomou o que se chama no judiciário de "decisão por ofício" de levar à Comissão Disciplinar.

Sergio Zunder da Rocha esclarece que no e-mail que enviou à Comissão Disciplinar, disse que havia recebido a informação de Daniel Tostes Graziano de que havia uma neta de uma associada como dependentes no clube e não sabe como a Comissão Disciplinar registrou a denúncia, mas que pedirá a retirada do nome do conselheiro. A seguir se compromete a enviar o e-mail que encaminhou para a Comissão para todos.

Não havendo mais assuntos a serem tratados, Eric Charles Nice Junior encerra a reunião, agradecendo a participação de todos.

Importante:

- 1) As reuniões do Conselho Deliberativo são transmitidas e gravadas através da Plataforma Zoom.
- 2) O resumo das Atas será sempre publicado no site do clube e murais de comunicação, após a aprovação pelo Conselho Deliberativo;
- 3) Em certas situações, o nome e cargo de pessoas e lugares poderão estar ineligiáveis para que se preserve a privacidade seguindo as disposições da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados).
- 4) As Atas transcritas em sua totalidade, também são públicas e, portanto, poderão ser requeridas por qualquer associado mediante requerimento na secretaria do clube.
- 5) Confidencialidade. Os conselheiros, diretores, colaboradores, associados ou quaisquer outras pessoas que porventura tiverem acesso a informações das Atas se comprometem a não divulgar seu conteúdo para terceiros.



Sergio Zunder Rocha
Secretário do Conselho Deliberativo



Eric Nice
Presidente do Conselho Deliberativo